



Boas práticas da comunidade escolar: fundamentos teóricos para uma abordagem na educação profissional e tecnológica

Laismayra da Silva Costa¹; Michel Mott Machado²

Resumo: Os efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19, além da área da saúde, também se fizeram sentir no âmbito da educação. Este artigo pretende mapear os fundamentos teóricos acerca da eficácia escolar, a fim de assegurar boas práticas escolares em contextos emergenciais e/ou de alta vulnerabilidade social. Conceitos e aspectos característicos do campo de estudo sobre eficácia escolar, foram investigados na literatura por meio de pesquisa bibliográfica. Considera-se que o campo de estudos sobre eficácia escolar, em síntese, tem se preocupado com os limites e as possibilidades da escola no que se refere ao desempenho dos seus alunos, conhecimento este que pode contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais e a gestão de sistemas e unidades de ensino.

Palavras-chave: Boas práticas. Eficácia escolar. Escola eficaz. Fatores de alto desempenho. Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract: The effects of the COVID-19 pandemic, in addition to the health area, were also felt in the field of education. This article aims to map the theoretical foundations of school effectiveness, to ensure good school practices in emergency contexts and/or high social vulnerability. Concepts and characteristic aspects of the field of study on school efficacy were investigated in the literature through bibliographic research. It is considered that the field of studies on school effectiveness, in summary, has been concerned with the limits and possibilities of the school regarding the performance of its students, knowledge that can contribute to the improvement of educational policies, and the management of systems and schools.

Keywords: Good practices. School effectiveness. Effective school. High performance factors. Professional and Technological Education.

¹ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), São Paulo – SP, Brasil, laismayra.costa@cpspos.sp.gov.br.

² Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), São Paulo – SP, Brasil, michel.machado@cpspos.sp.gov.br.

1. Introdução

A pandemia causada pelo novo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), do inglês *severe acute respiratory syndrome* associada ao Coronavírus 2, chamada de COVID-19, desde seu início tem produzido impactos no cenário mundial, decorrentes do elevado número de casos e conseqüentemente altas taxas de morbidade e mortalidade (PIRES BRITO *et. al.*, 2020). Sem sombra de dúvidas, a COVID-19 tornou-se um dos grandes desafios do século XXI, chegando a acometer mais de 100 países e territórios nos cinco continentes (WHO, 2020).

O contexto pandêmico exigiu das autoridades governamentais, em todo o mundo, a criação e adoção de medidas com o objetivo de conter a propagação da doença. Conseqüentemente, políticas públicas emergenciais foram elaboradas e anunciadas com o intuito reduzir o impacto dessa pandemia (VIEIRA; SECO, 2020). Nessa direção, o distanciamento social foi uma das medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo sido adotado em vários países, o que, todavia, também causou o fechamento de escolas e suspensão das aulas presenciais, do nível básico ao superior, na rede pública e privada (ALMEIDA; ALVES, 2020).

No Brasil, em 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) decretou a interrupção das aulas presenciais, e pouco mais tarde a sua substituição por atividades não presenciais viabilizadas por plataformas digitais enquanto se estendesse o período pandêmico (CABRAL, 2020). A suspensão das atividades letivas presenciais, em diversas partes do mundo, trouxe aos gestores educacionais, professores e estudantes, o desafio de uma adaptação, até aquele momento, inesperado (OECD, 2020). De certa forma, torna-se praticamente impossível não pensar sobre como a pandemia assolou o mundo, sobretudo o que ela provocou e ainda provoca, assim como na pergunta de gestores, educadores, políticos e cidadãos: “como será o mundo após a pandemia?” (DIAS; PINTO, 2020).

A área da educação é uma das áreas que mais foi afetada pelos impactos imperativos ocasionadas e/ou aprofundadas pela pandemia COVID-19, o que provavelmente levará décadas para modificar o cenário resultante dos prejuízos no ensino e aprendizagem, em todas as modalidades de ensino, mas de forma mais evidente na educação básica (GUEDES; ROSA; DO PRADO ANJOS, 2022).

Diante desse contexto emergencial, a comunidade científica da área de educação se mobilizou a fim de produzir conhecimento durante a pandemia COVID-19 (MORESI; PINHO, 2022), no entanto a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) parece se encontrar sub-representada, para dizer o mínimo.

Nessa perspectiva, transformações profundas ocorreram nos ambientes escolares e as inúmeras instituições educacionais, foram imersas em dois grandes desafios – além de todas as adversidades já trazidas pela pandemia –, quais sejam: manter ou interromper as aulas e dar continuidade ao aprendizado (PAUDEL, 2021). Frente ao período pandêmico, não parece existir dúvida de que manter as atividades pedagógicas se tornou um dos maiores desafios que os sistemas educacionais nacionais já enfrentaram (MORESI; PINHO, 2022). De diversas maneiras, esses desafios acometeram os diversos sistemas educacionais e unidades de ensino, o que exclui a EPT, modalidade educacional que se encontra vinculada, em sua maioria, à Educação Básica, por meio da Educação Profissional

Técnica de Nível Médio, além da Educação Superior, por intermédio dos Cursos Superiores de Tecnologia (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020).

De acordo com dados apresentados pela UNESCO, é esperada uma queda natural na aprendizagem que poderá se desdobrar por mais de uma década, caso não sejam instituídas políticas públicas que invistam em melhorias de infraestrutura, tecnologias, formação, metodologias e salários, além do reforço da merenda, e que garantam melhor aproveitamento do tempo, tutoria fora do horário habitual das aulas e material adicional, sempre que possível (UNESCO, 2020).

Conforme apontado por Vianna (2003), existem registros do documento final da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em maio de 1990, que já demonstravam a preocupação de educadores e de pessoas ligadas a questões educacionais com a qualidade da educação.

Apesar da preocupação com a qualidade da educação não ser necessariamente nova, a questão pandêmica parece ter imposto um sentido de alerta/emergência a esta temática. Diante dessa conjuntura, pensa-se que vale a pena retomar a ideia de eficácia escolar, que uma vez aplicada à administração/gestão da educação, conforme apregoa Sander (2007, p. 79) tem a ver com “a consecução dos objetivos intrinsecamente educacionais, estando, dessa forma, estreitamente vinculada aos aspectos pedagógicos das escolas, universidades e sistemas de ensino”.

Com esse direcionamento, vários estudiosos do campo educacional se dedicam a investigar as características de uma boa escola, ou seja, aquela que propicia ao estudante as melhores experiências para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e, também, à sua inserção crítica na sociedade moderna (SOARES, 2002; BROOKE; SOARES, 2008), ou ainda, o efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos (SOARES, 2004).

Diante do exposto, o presente artigo teve como objetivo mapear os fundamentos teóricos referentes às boas práticas escolares, as quais se inserem no contexto mais amplo da eficácia escolar. Para tal, foi proposta a seguinte pergunta motriz: quais influências teóricas sobre boas práticas escolares/eficácia escolar podem contribuir para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica?

2. Referencial Teórico

No ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com enfoque na educação básica como um direito de todos, aprovou na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, a qual dispõe sobre as necessidades educativas fundamentais para as pessoas, bem como recomendações para que práticas escolares e políticas educativas usuais fossem revisadas, buscando garantir objetivos educacionais subscritos na mencionada conferência (MARTINS; CALDERÓN, 2019). Ainda na referida Conferência, recomendou-se, entre outras coisas, que a interpretação das informações a respeito de boas práticas desenvolvidas no âmbito educacional pode fundamentar uma renovação na educação, por meio de reformas norteadas de acordo com as exigências de cada situação e contexto (MARTINS; CALDERÓN, 2019).

No Brasil, as orientações referentes ao desenvolvimento de boas práticas escolares começaram a surgir em meados dos anos 2000, após publicações institucionais de inúmeros estudos do governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação (MEC), em sua maioria patrocinados ou apoiados por organismos internacionais, chamados de agências multilaterais (MARTINS; CALDERÓN, 2019).

Essas publicações governamentais sobre “boas práticas escolares” versavam, frequentemente, sobre melhoria da educação e desempenho escolar. Nessa perspectiva, as boas práticas escolares comumente encontram-se diretamente vinculadas ao alcance de metas por parte das escolas e dos sistemas de ensino, delineando indicadores de desempenho compatíveis com os observados em países desenvolvidos (MARTINS, 2015). Portanto, as discussões acerca do termo “boas práticas escolares” suscitavam questões diversas em publicações de estudos governamentais e de entidades não governamentais, entretanto, poucas eram as publicações acadêmicas e científicas que contemplavam este tema no contexto nacional (MARTINS, 2015).

Saavedra Macías *et al.*, (2013, p. 4) acreditam que por uma “boa prática” pode-se considerar “a atividade ou conjunto de atividades inseridas em um conjunto de critérios e indicadores de qualidade comprovadamente adequadas, pertinentes, ajustadas e apropriadas para o contexto sociocultural em que se desenvolve”. Repondo esse entendimento ao contexto educacional, especificamente, pode-se entender que a melhoria da aprendizagem e a elevação dos indicadores de desempenho contemplam as boas práticas escolares, com a ressalva de que estas últimas não sejam compreendidas como receitas prontas para serem copiadas e seguidas por todas as escolas, mas, isto sim, difundidas e adaptadas a novos contextos (MARTINS; CALDERÓN, 2015).

As boas práticas escolares podem ser evidenciadas através do desenvolvimento de um trabalho de boa qualidade, realizado em sala de aula, com o adequado suporte da equipe gestora, de forma planejada e articulada (RACZYNSKY; MUÑOZ, 2006). Nesse conjunto de circunstâncias, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2012, recomendou que os países membros adotassem as seguintes (boas) práticas e ações no âmbito escolar:

Quadro 1: Principais boas práticas recomendadas pela OCDE

I.	Aumentar a equidade, para reduzir o fracasso escolar dos alunos
II.	Aumentar a equidade, para reduzir o fracasso escolar dos alunos socioeconomicamente desfavorecidos;
III.	Desenvolver políticas de investimento, para os alunos da pré-escola até o ensino secundário;
IV.	Evitar políticas de sistema que conduzam ao fracasso, beneficiando principalmente os alunos socioeconomicamente desfavorecidos, de modo a: <ul style="list-style-type: none"> • Eliminar a repetência, evitar a identificação precoce de aptidões e adiar a seleção dos alunos para o segundo grau. • Gerir a escolha da escola, evitando a segregação e as desigualdades.

<ul style="list-style-type: none"> • Tornar as estratégias de financiamento sensíveis às necessidades dos alunos e das escolas. • Conceber alternativas de segundo grau equivalentes, para assegurar a conclusão da formação.
<p>V. Ajudar os alunos desfavorecidos a melhorar suas condições, oferecendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço e assistência aos dirigentes escolares. • Estímulo à criação de um ambiente positivo, propício à aprendizagem. • Assessoramento e manutenção de professores de alta qualidade. • Estratégias de aprendizagem em aulas eficientes. • Estreitamento dos vínculos entre as escolas e as famílias.

Fonte: adaptado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2012).

De acordo com Sammons e Bakkum (2011), as escolas eficazes se utilizam de práticas eficazes, tais como: altas expectativas de aprendizagem, liderança, bom consenso e coesão na equipe escolar, um currículo de alta qualidade, diversificadas oportunidades de aprendizagem, bom clima organizacional, que afeta diretamente a qualidade de trabalho da equipe, ordenado e seguro, um considerável potencial avaliativo na escola, um alto grau de envolvimento dos pais, tempo de aprendizagem de alta eficácia através de uma excelente gestão da idade, classes e séries, ensino estruturado, encorajamento para a educação, potencializando a aprendizagem, diferenciação pedagógica (ensino adaptado), feedback constantes com os alunos sobre o as ações educacionais.

Em suma, compreender os fatores de alto desempenho e as boas práticas escolares, condições de elevados indicadores de desempenho, está diretamente relacionado com estudar a eficácia escolar (MARTINS, 2015).

3. Método

Para atingir o objetivo proposto, e com o intuito de produzir conhecimento organizado e um questionamento criativo sobre o tema de interesse (ANDRÉ, 2001), utilizou-se a pesquisa bibliográfica como estratégia de investigação, a qual se realiza por meio de um estudo desenvolvido com base em uma variedade de fontes, tais como material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, entre outras (DESLANDES, 2009; GIL, 2008).

Para tal, como fontes de informações, foram utilizados livros, capítulos de livros e artigos, estes últimos disponíveis em bases de dados abertas, voltado às temáticas: “eficácia escolar”, “escola eficaz”, “boas práticas escolares” e “fatores de alto desempenho”.

4. Resultados e Discussão

Para Lee (2008), chega a ser intrigante o fato de algumas escolas terem maior capacidade do que outras para atingir melhores resultados acadêmicos. À luz dessa afirmação, desenvolveram-se reflexões sobre a importância dos contextos

nos quais os alunos estão inseridos para o progresso educacional (KARINO; LAROS, 2017).

Cabe salientar que, “em termos conceituais, boas práticas escolares são as ações de intervenção que contribuam direta ou indiretamente para que alcancem seus objetivos educacionais, contribuindo na melhoria do desempenho escolar” (MARTINS; CALDERÓN, 2015). Isso posto, a identificação das boas práticas teve como um dos seus nortes aspectos relacionados com a melhoria da aprendizagem e do desempenho escolar. Nessa direção, as principais boas práticas identificadas no estudo sobre escolas eficazes desenvolvido por Murillo Torrecilla (2005) foram:

Quadro 2: Principais boas práticas identificadas no estudo

Trabalho coordenado e compartilhado
Compromisso com o ensino e a aprendizagem
Trabalhar com projetos de ensino
Inovações na sala de aula
Ensino contextualizado
Avaliação e recuperação da aprendizagem
Atividades pedagógicas externas à escola com os alunos
Jogos e atividades esportivas
Valorização dos professores e profissionais das escolas
Investimento na formação inicial do professor
Formação continuada
Gestão escolar democrática
Participação da comunidade escolar em atividades da escola
Participação dos alunos nas decisões escolares
Parcerias com instituições externas
Clima escolar harmonioso
Relações interpessoais de mútuo respeito
Trabalho em equipe

Fonte: adaptado de Murillo Torrecilla (2005).

Martins e Calderón (2015) afirmam que embora seja um campo um tanto novo, já existe uma significativa literatura internacional sobre essa temática.

A partir dessa perspectiva, tendo como parâmetro orientações de alcance internacional das agências multilaterais, que incentivavam a valorização e a disseminação de boas práticas, técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – NEP iniciaram um movimento articulado, no âmbito nacional brasileiro, tendo por objetivo encontrar “exemplos de experiências e práticas inovadoras que indicassem que esforços estavam sendo empreendidos para mudar essa situação. E com resultados!” (BRASIL, 2005, p. 11). De certa forma, esse esforço se coaduna com o campo da avaliação da educação, de modo a oportunizar a compreensão das tendências contemporâneas da avaliação educacional como elemento constitutivo das políticas educacionais, que assumem cada vez mais matizes transnacionais (CALDERÓN; BORGES, 2015).

Em outra perspectiva, também começaram a ganhar espaço e relevância no contexto educacional brasileiro as avaliações em larga escala, cujos resultados

serviriam como subsídios para a elaboração, implementação e manutenção de políticas públicas (MARTINS; CALDERÓN, 2019).

Para conseguir mensurar a melhoria da aprendizagem nas escolas, pesquisadores criaram um indicador denominado de efeito-escola, fundamentando no cálculo da diferença entre o desempenho esperado pelos alunos, suas condições socioeconômicas e o desempenho efetivamente observado na Prova Brasil. Por meio desses cálculos estatísticos obtinha-se, então, o efeito-escola, resultado do quanto cada escola ou rede de ensino havia avançado em termos de desempenho escolar, levando-se em consideração as condições socioeconômicas dos alunos (MURILLO TORRECILLA, 2005).

No Brasil, no que tange as Instituições de Ensino Superior (IES) – especificamente –, estas passam por variados processos avaliativos, internos e externos, buscando uma forma de estabelecer um patamar de qualidade, que pode ser de caráter qualitativo ou quantitativo (THOMAZ *et.al.*, 2014), o que também abrange a EPT.

No entanto, referente a EPT, em particular, reconhece-se que ainda não há um sistema de avaliação da qualidade capaz de identificar e mensurar (in)suficiências relativas às especificidades dessa oferta e aos fatores associados à sua expansão (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020). A compreensão de que a EPT contém suas peculiaridades – que não são as mesmas do ensino propedêutico e/ou da “formação geral” – torna necessário que seja realizada uma reflexão sobre o que configura tais particularidades e como elas afetam os delineamentos estatísticos e as concepções de avaliação desenvolvidas (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020).

A criação e formalização de um sistema de avaliação da EPT exige, como ponto de partida, uma estratégia que possa abranger toda a sua diversidade, o que por sua vez, caracterizaria as incompletudes para assim poder prosseguir em direção a defesa da institucionalização de um sistema de avaliação da qualidade dos cursos de EPT (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020).

Para Freitas *et al.* (2014, p. 9), trata-se de um desafio em um campo de forças aberto a contradições que precisam ser enfrentadas por todos os atores da comunidade escolar. É necessário primeiro conhecê-lo para melhor conviver com ele, com seus limites e suas possibilidades. De qualquer maneira, vale salientar que a avaliação educacional convém à tomada de decisão, fornecendo informações qualificadas para nortear escolhas. Os seus resultados podem ser utilizados para trazer legitimidade às decisões.

Ao retornar à trilha temática das boas práticas escolares, uma vez associadas a um conjunto de fatores, há evidências de que foram fundamentais para que algumas redes municipais obtivessem elevados resultados na Prova Brasil, sendo que estes resultados se mostraram muito melhores do que o esperado, considerando-se as condições contextuais das escolas (MARTINS; CALDERÓN, 2019).

Nota-se que os estudos sobre boas práticas escolares, assim como aqueles sobre eficácia escolar, normalmente levam em conta as peculiaridades de cada escola e/ou rede de ensino, pois toda unidade escolar possui uma realidade contextual própria que deve ser considerada ao se analisar o que influencia na aprendizagem de seus alunos e, conseqüentemente, no desempenho escolar. Nesse prisma, entende-se que toda boa prática pode ser boa para determinada escola, mas não obrigatoriamente para outra (MARTINS; CALDERÓN, 2019).

Ainda que para alguns pesquisadores da área da educação a ideia de construir uma escola eficaz possa ser interpretada/compreendida com um campo

da produtividade educacional, portanto baseada em uma lógica economicista ou de eficiência econômica, Murillo Torrecilla (2005) afirma que os estudos sobre eficácia escolar, sobretudo os que se referem às boas práticas, são essencialmente pedagógicos, voltados a analisar os processos, as medidas e as ações por meio dos quais as escolas conseguem atingir seus objetivos e suas metas educacionais.

Para Benavente (2010), seria fundamental a divulgação de boas práticas, mas não necessariamente vinculadas aos resultados das avaliações em larga escala divulgados sob a forma de *rankings* internacionais comparativos, uma vez que não é justo comparar resultados escolares de países que estão em diferentes tempos históricos no que se refere ao desenvolvimento dos sistemas de ensino.

5. Considerações Finais

Este artigo pretendeu contribuir para o entendimento dos fundamentos teóricos relativos às discussões sobre “boas práticas escolares”, “eficácia escolar”, “escola eficaz” e “fatores de alto desempenho”, com vistas a estudos futuros no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

As pesquisas sobre a escola eficaz apontam que a compreensão dos processos internos que levam à eficácia deve surgir de estudos de caso realizados nas escolas que diferem e que representam a exceção, não a média de uma rede de ensino, visando perceber as características que se destacam (BRESSOUX, 1994). Em vista disso, os estudos empíricos têm se ancorado principalmente em dois tipos de abordagem: a pesquisa apenas nas escolas cujos alunos apresentam altos índices de desempenho, buscando compreender o que há de comum nelas; ou então a análise contrastante entre escolas muito eficazes e pouco eficazes, procurando as diferenças marcantes entre elas (BRESSOUX, 1994).

Apesar desse campo de estudo já se encontrar consolidado no âmbito internacional, principalmente nos países mais desenvolvidos (SOARES, 2002), nota-se que no Brasil esforços têm sido empreendidos no estudo dessa temática. Um exemplo é o trabalho realizado pela Fundação Carlos Chagas, que realizou estudos de caso em escolas públicas que tiveram desempenho positivo no SAEB-1999, apesar de apresentarem todos os indicadores que são geralmente relacionados ao baixo desempenho, como a origem social desfavorecida de seus alunos (SOUZA, 2001; SOARES *et al.*, 2002; SOARES, 2004; ALVES; FRANCO, 2008; MARTINS, 2015; TEODORO; MARTINS; CALDERÓN, 2021). Embora tenha caráter “internacional”, essas pesquisas têm relevado uma série de elementos que parecem estar ligados à eficácia escolar ou à escola eficaz.

As revisões bibliográficas realizadas por Bressoux (1994), Cotton (1995) Lee *et al* (1993), Sammons *et al.* (1995) e Mayer *et al.* (2000), por exemplo, contribuíram amplamente para uma reunião e reflexão sobre os fatores internos das escolas que vêm sendo considerados como responsáveis por uma potencialização do aprendizado dos estudantes. Cabe acrescentar, também, que os denominados fatores internos da escola, foram reunidos por esses autores em sínteses que procuraram abranger o que deve ser verificado para a compreensão dos processos que se dão nas escolas (SOARES, 2002).

Murillo (2005), por sua vez, diferencia dois grandes objetivos dos estudos sobre eficácia escolar: estimar quantitativamente os efeitos escolares, analisando suas propriedades científicas ou identificar os fatores do contexto das escolas que as tornam eficazes.

Em linhas gerais, é possível admitir que a pergunta central da revisão da literatura voltada aos fatores de alto desempenho, às boas práticas e à eficácia escolar, tem a ver com a compreensão de quais são os limites e as possibilidades da escola no que se refere ao desempenho dos seus alunos. Nesse sentido, tais fatores e práticas têm conduzido a diversas pesquisas que vêm sendo realizadas na área de avaliação de políticas educativas (SOARES, 2002), tendo em vista o seu aprimoramento.

Pelo presente estudo, pode-se inferir que a literatura voltada às temáticas “boas práticas”, “eficácia escolar” e “fatores de alto desempenho”, possui pertinência e relevância para fins de realização de estudos no campo da Educação Profissional, tanto na Educação Técnica de Nível Médio quanto no âmbito da Educação Profissional de Nível Tecnológico (Cursos Superiores de Tecnologia).

Olhar para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir de um diálogo fundamentado no campo de pesquisa em eficácia escolar, mostra-se como uma oportunidade de agenda de investigação a ser explorada, tanto no contexto educacional paulista quanto nacional.

Referências

ALMEIDA, B. O.; ALVES, L. R. G. Letramento digital em tempos de COVID-19: uma análise da educação no contexto atual. **Debates em Educação**, [S.L.], v. 12, n. 28, p. 1, 18 ago. 2020. Universidade Federal de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n28p1-18>. Acesso em: 7 ago. 2022.

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 482-500.

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, [S.L.], n. 113, p. 51-64, jul. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742001000200003>. Acesso em: 18 julho. 2020

BENAVENTE, A. A educação na luta contra a exclusão e pela democracia. Entrevista de Manuel Tavares com Ana Benavente. **Revista Lusófona de Educação**, n. 16, p. 133-148. nov. 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

BRESSOUX, P. Les recherches sur les effets-écoles et les effets-maîtres. **Revue française de pédagogie**, v. 108, n. 91-137, julho-agosto-setembro, 1994.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CABRAL, I. O ensino e a aprendizagem em tempos de COVID-19 à luz da teoria da ação comunicativa de Habermas. **Ensinar e aprender em tempo de COVID 19: entre o caos e a redenção**, p. 67-75, 2020.

CALDERÓN, A. I. Usos e apropriações das avaliações em larga escala. In: QUIOSSA, A. S. *et al.*, (Org.). **Planos de ação para a rede estadual de ensino de Minas Gerais**. Juiz de Fora, p. 31-45, 2017.

CALDERÓN, A. I; BORGES, R. M. Avaliação educacional: uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 6, n. 1, p. 167-183, 2013.

COTTON, K. **Effective Schooling Practices: A Research Synthesis 1995 update**. Portland: Northwest Regional Educational Laboratory, School Improvement Research Series, 1995.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DIAS, E.; PINTO, F.C.F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.L.], v. 28, n. 108, p. 545-554, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362019002801080001>.

FREITAS, L. C. *et al.* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GALLARDO, M. D. M.; CANTÓ, A. S. Indicadores y criterios de calidad de buenas prácticas coeducativas. una propuesta Innovadora. Profesorado. **Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado**, v. 17, n. 1, p. 201-220, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, M. Q.; ROSA, E. M.; do PRADO ANJOS, A. P. S. Gestão escolar: novos desafios e perspectivas frente à pandemia. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 61, p. 130-144, 2021.

KARINO, C. A.; LAROS, J. A. Estudos brasileiros sobre eficácia escolar: uma revisão de literatura. **Examen: Política, Gestão e Avaliação da Educação**, v. 1, n. 1, p. 32-32, 2017. Disponível em: <https://examen.emnuvens.com.br/rev/article/view/25>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LEE, V. E.; BRYK, A. S.; SMITH, J. The organization of effective secondary schools. In: DARLING-HAMMOND, L. **Review of research in education**, v. 19, n. 1, p. 171-267, Washington, DC: American Education Research Association, 1993.

LEE, V. L. Utilização de modelos lineares hierárquicos lineares para estudar contextos sociais: o caso dos efeitos da escola. In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. (eds.), **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**, p. 273-298, 2008. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARTINS, E. C. C.; CALDERÓN, A. I. Boas práticas escolares e avaliação em larga escala: a literatura ibero-americana em questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 264–293, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3022>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MARTINS, E. C. C.; CALDERÓN, A.I. Eficácia escolar: boas práticas à luz de estudos do governo brasileiro e das agências multilaterais. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 19, n. 62, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/25275>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARTINS, E. C. C. **Construindo uma escola eficaz: boas práticas escolares e fatores de alto desempenho em escolas de alta vulnerabilidade social**. 2015. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

MAYER, D. P.; MULLENS, J. E.; MOORE; M. T. Monitoring School Quality: an indicators report. Washington, DC: National Center for **Education Statistics Quarterly**, v. 3, n. 1, p. 38-44, 2001.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. In MORAES, G. H. *et al.*, (Orgs.). **Avaliação da educação profissional e tecnológica: um campo em construção**, n. 45, p. 54-54, 2020. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

MORESI, E. A. D.; PINHO, I. Análise bibliométrica da pesquisa em educação durante a pandemia da COVID-19. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 24, n. 1, p. 241-259, 2022.

MURILLO TORRECILLA, F. J. La investigación en eficacia escolar y mejora de la escuela como motor para el incremento de la calidad educativa en Iberoamérica. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 3, n. 2, p. 1-11, 2005. Acesso em: 8 ago. 2022.

OECD - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Equity and Quality in Education. Supporting Disadvantaged Students and Schools.** Paris: OCDE, 2012.

OECD - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Supporting the continuation of teaching and learning during the COVID-19 Pandemic Annotated resources for online learning.** Paris: OECD Publishing. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/Supporting-the-continuation-of-teaching-and-learning-during-the-COVID-19-pandemic.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PAUDEL, P. Online education: benefits, challenges and strategies during and after Covid-19 in higher education. **International Journal on Studies in Education**, v. 3, n. 2, p. 70-85, 2021.

PIRES BRITO, S. B.; BRAGA, I. O.; CUNHA, C. C.; PALÁCIO, M. A. V.; TAKENAMI, I. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 54–63, Rio de Janeiro, 2020. DOI: 10.22239/2317-269X.01531. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531>. Acesso em: 7 ago. 2022.

RACZYNSKI, D.; MUÑOZ, G. **Fatores que desafiam os bons resultados educacionais das escolas em setores de pobreza.** Lacunas de educação e equidade na América Latina (2006): 275-352.

SAAVEDRA MACÍAS, F. J.; BASCÓN DÍAZ, M. J.; PRADOS GALLARDO, M. de M.; DEL MAR, M.; SABUCO CANTÓ, A. Indicadores y criterios de calidad de buenas prácticas coeducativas: una propuesta innovadora. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 17, n. 1, p. 201-220, ene./abr. 2013.

SAMMONS, P.; HILLMAN, J.; MORTIMORE, P. **Key Characteristics of Effective Schools: A Review of School Effectiveness Research.** London: Office for Standards in Education [OFSTED], 1995.

SAMMONS, P.; BAKKUM, L. Effective Schools, Equity and Teacher Effectiveness: A Review to the Literature. **Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado**, v. 15, n. 3, p. 9-26, 2011.

SANDER, B. **Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento.** Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

SOARES, J. F. *et al.*, **Escola eficaz: um estudo de caso em três escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, FAE, GAME: Fundação Ford, 2002.

SOARES, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus estudantes. **REICE – Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio em Educación**. v. 2., n. 2, p. 83-104, 2004.

SOUZA, C. P. **Estudo Exploratório – Sistema de Avaliação do Ensino Básico**. Relatório Técnico. Fundação Carlos Chagas, Fundação Cesgranrio, Mec/Inep, 180pp, 2001.

TEODORO, W. L.; MARTINS, E. C. C.; CALDERÓN, A. I. Eficácia escolar e boas práticas em regiões socialmente vulneráveis: um estudo de caso. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. 1-20, e4997051, jan./dez. 2021.

THOMAZ, S. M *et al.*, **Análise dos indicadores de desempenho dos institutos da rede federal de educação profissional e tecnológica sob a ótica da qualidade**, 2014.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o->

VIANNA, H. M. **Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 41-76, 2003.

VIEIRA, M. F.; SECO, C. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, p. 1013-1031, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19): boletim de ocorrência**, 51. 2020. Acesso em 27 mar 2022. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331475/>